

Centro Social da Paróquia de Adáuife

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Anexo	3
1. Identificação da Entidade.....	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1. Bases de Apresentação.....	3
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5. Ativos Fixos Tangíveis	9
6. Ativos Intangíveis	10
7. Locações.....	10
8. Custos de Empréstimos Obtidos	10
9. Inventários.....	10
10. Rédito	11
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	11
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	12
14. Imposto sobre o Rendimento	12
15. Benefícios dos empregados.....	12
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
17. Outras Informações	13
17.1. Investimentos Financeiros	13
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	13
17.3. Clientes e Utentes	13

P. Siquitmed
Duarte

17.4. Outras contas a receber	14
17.5. Diferimentos	14
17.6. Outros Ativos Financeiros	14
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	14
17.8. Fundos Patrimoniais	15
17.9. Fornecedores	15
17.10. Estado e Outros Entes Públicos	15
17.11. Outras Contas a Pagar	16
17.12. Outros Passivos Financeiros	16
17.13. Subsídios, doações e legados à exploração	16
17.14. Fornecimentos e serviços externos	16
17.15. Outros rendimentos e ganhos	17
17.16. Outros gastos e perdas	17
17.17. Resultados Financeiros	18
17.18. Acontecimentos após data de Balanço	18

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social da Paróquia de Adaiúfe é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos publicados no Diário da República n.º 50/96 de 28/02/1996, Série III, com sede na Avenida Imaculada Conceição 264, freguesia de Adaiúfe, Concelho de Braga, tem como atividade as valências de Apoio ao Domiciliário e Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas - “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 1. Alterações no preço do bem locado;
 2. Alterações na taxa de câmbio

3. Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” - não tem empréstimos obtidos em curso.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “*Ativos Fixos Tangíveis*” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

P = Suprimido
 Duarte

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31-12-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	10.000,00 €					10.000,00 €
Edifícios e outras	568.827,35 €					568.827,35 €
Construções	0,00 €					0,00 €
Equipamento básico	23.482,34 €					23.482,34 €
Equipamento de transporte	63.530,01 €	35.608,50 €				99.138,51 €
Equipamento biológico	0,00 €					0,00 €
Equipamento administrativo	5.848,12 €					5.848,12 €
Outros Ativos fixos tangíveis	2.858,00 €					2.858,00 €
Total	677.545,82 €	35.608,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	713.154,32 €

Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	0,00 €					0,00 €
Edifícios e outras	23.214,54 €	11.623,77 €				34.838,31 €
Construções	0,00 €					0,00 €
Equipamento básico	12.334,67 €	1.754,37 €				14.089,04 €
Equipamento de transporte	52.220,00 €	16.422,13 €				68.642,13 €
Equipamento biológico	0,00 €					0,00 €
Equipamento administrativo	5374,22 €	473,90 €				5.848,12 €
Outros Ativos fixos tangíveis	357,26 €	357,26 €				714,52 €
Total	93.500,69 €	30.631,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	124.132,12 €

6. Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não detém “Outros Ativos Intangíveis”.

7. Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

A Entidade não detém empréstimos obtidos, logo não tem encargos financeiros.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2017	Compras	Reclassif. E regul.	Inventário em 31-12-2017	Compras	Reclassif. E regul.	Inventário em 31-12-2016
Mercadorias							
Matérias-primas, subs. e de consumo	139,29 €	22.209,25 €	324,80 €	139,29 €	18.441,34 €	603,35 €	139,29 €
Produtos Acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
Total							

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21.465,27 €	18.088,38 €
Variações nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €

10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços:		
Apoio Domiciliário	33.340,00 €	32.085,00 €
Centro de dia	31.749,50 €	27.944,00 €
Comparticipações da Segurança Social:		
Apoio Domiciliário	52.306,56 €	49.545,36 €
Centro de dia	7.971,12 €	7.806,96 €
IEFP – Participação de Estágios		1.634,96 €
Fundo de Socorro Social		0,00 €
Juros Depósitos		0,00 €
Donativos		0,00 €
<i>Outros</i>	12.867,71 €	14.788,88 €
Total	138.234,89	133.805,16 €

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nos períodos de 2017 e 2016, não ocorreram operações relativas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade não tinha saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”.

P. S. S. S. S.
Quarta

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, não houve operações com taxas de câmbio.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não houve imposto contabilizado, nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) das IPSS, *no exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção.*

15. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 9 e em 2016 foi de 7.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	78.833,52 €	59.506,83 €
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	17.581,75 €	13.102,39 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	958,10 €	811,95 €
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	515,00 €	334,80 €
Total	97.888,37 €	73.755,97 €

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Fundos		
Fundo de Compensação do trabalho	455,76 €	211,16 €
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	148,78 €	148,78 €
Total	604,54 €	359,94 €

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, não apresenta saldos nesta rubrica.

17.3. Clientes e Utentes

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentam os seguintes saldos nesta rubrica:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes C/c		
Clientes		
Utentes	690,00 €	270,00 €
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobranças duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	690,00 €	270,00 €

P. Sepúlveda
Quarta

17.4. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	574,64 €	1.711,65 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	915,85 €	2.050,70 €
...		
Outros Devedores	0,00 €	0,02 €
Perdas por Imparidade		
Total	1.490,49 €	3.762,37 €

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Gastos c/ seguros a reconhecer em 2018	1.326,24 €	1.316,04 €
...		
...		
Total	1.326,24 €	1.316,04 €
Rendimentos a reconhecer		
Outras Receitas – IEFP – Estágios		
...		
...		
Total	0,00 €	0,00 €

17.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2017, investimentos Financeiros.

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	3.722,78 €	2.314,52 €
Depósitos à ordem	41.820,06 €	72.273,87 €
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	45.542,84 €	74.588,39 €

P. Sepúlveda
MART

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2017
Fundos	199,52 €			199,52 €
Excedentes técnicos	0,00 €			0,00 €
Reservas	0,00 €			0,00 €
Resultados transitados	480.512,33 €		7.307,49 €	473.204,84 €
Excedentes de revalorização	0,00 €			0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	181.893,26 €	193.404,59 €	11.551,86 €	181.852,73 €
Total	662.605,11 €	193.404,59 €	11.551,86 €	655.257,09 €

Nos termos do SNC –ESNL, os subsídios não reembolsáveis, bem como os donativos que estejam associados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos *Fundos Patrimoniais*, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

O valor de 181.852,73 € que consta na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” dizem respeito à doação do terreno por parte da junta de freguesia no valor de 10.000,00 € e o remanescente no valor de 171.852,73 € refere-se a donativos para a construção do Edifício e aquisição de equipamento que irá ser diluído conforme a depreciação dos mesmos.

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	8.153,56 €	7.471,38 €
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Total	8.153,56 €	7.471,38 €

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

P. Espírito Santo
MAAF

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	324,78 €	603,33 €
Outros Impostos e Taxas		
Total	324,78 €	603,33 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	130,00 €	128,00 €
Segurança Social	1.665,43 €	1.513,63 €
Outros Impostos e Taxas		
Total	1.795,43 €	1.641,63 €

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por Imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimos de gastos		14.490,32 €		673,84 €
Outros credores				
Total	0,00 €	14.490,32 €	0,00 €	673,84 €

17.12. Outros Passivos Financeiros

Não existem valores na rubrica “*Outros passivos financeiros*” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade não reconheceu contabilisticamente, em 2007, a doação do terreno feita pela Junta de freguesia de Adaúfe, a doação foi reconhecida no exercício de 2014.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos		
Serviços especializados	6.367,54 €	5.079,70 €
Materiais	1.893,57 €	1.495,24 €
Energia e fluidos	14.510,82 €	13.291,38 €
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços Diversos (*):	5.496,64 €	4.846,68 €
Limpeza, higiene e conforto	2.631,63 €	2.341,77 €
Farmácia	830,70 €	522,55 €
Seguros	1.632,39 €	1.292,15 €
Total	28.268,57 €	24.713,00 €

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos		85,75 €
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	400,00 €	
Outros rendimentos e ganhos	12.467,71 €	14.703,13 €
Total	12.867,71 €	11.288,34 €

Os subsídios não reembolsáveis, bem como os donativos que estejam associados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos *Fundos Patrimoniais*, e *subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.*

Os valores mencionados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” dizem respeito a correções do exercício anterior e a rendimentos imputados conforme a depreciação do Edifício e respetivo Equipamento e a donativos.

17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

P. Espirado
Omar

Descrição	2017	2016
Impostos	2,96 €	67,11 €
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiária, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	100,01 €	2.759,02 €
Total	102,97 €	2.826,13 €

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,41 €	0,04 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	14,71 €	
Total	15,12 €	0,04 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total		
Resultados financeiros	-15,12 €	-0,04 €

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 31 de Março de 2018.

Aplicação dos Resultados

Foi proposto pela Direção que o valor negativo de 40.136,84 €, correspondente aos Resultados

Líquidos de 2017, fosse transferido para a conta de Resultados Transitados.

Agradecimento

A Direção do Centro Social da Paróquia de Adáufe não pode deixar de expressar aqui o seu agradecimento a todos os colaboradores, em especial a todos os órgãos sociais da Instituição, que sem quaisquer interesses monetários se entregam afincadamente na prossecução dos objetivos da Instituição, lutando sempre por obter cada vez mais conforto e qualidade aos seus Utentes.

Adáufe, 31 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

Rita Duarte
CC 84919

Luísa Espírito Santo da Costa